

# As Responsabilidades do Advogado no Código Penal Brasileiro

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | agosto 12, 2024



## Introdução

O advogado, como profissional essencial à administração da justiça, possui diversas responsabilidades e deveres éticos que devem ser observados no exercício da profissão. O Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940) estabelece algumas dessas responsabilidades, visando à proteção da integridade do sistema jurídico e dos direitos dos cidadãos.

## Exercício Ilegal da Profissão (Art. 204)

O artigo 204 do Código Penal tipifica o crime de exercício ilegal da profissão, que consiste em exercer, ainda que a título gratuito, profissão ou atividade econômica regulamentada, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício. O advogado que atuar sem inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou durante o período de suspensão ou proibição do exercício profissional estará sujeito à pena de detenção de três meses a um ano, além de multa.

## Violação de Sigilo Profissional (Art. 154)

O advogado tem o dever de guardar sigilo sobre as informações confidenciais obtidas em razão de sua profissão. O artigo 154 do Código Penal prevê o crime de violação de sigilo profissional, que consiste em revelar, sem justa causa,

segredo de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão. A pena prevista é de detenção de três meses a um ano, ou multa, caso a revelação possa produzir dano a outrem.

### **Patrocínio Infiel (Art. 355)**

O artigo 355 do Código Penal tipifica o crime de patrocínio infiel, que ocorre quando o advogado defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias. Essa conduta é punível com detenção de seis meses a três anos, além de multa. O advogado tem o dever de lealdade para com seu cliente e não pode atuar em conflito de interesses.

### **Sonegação de Papel ou Objeto de Valor Probatório (Art. 356)**

O advogado que inutilizar, total ou parcialmente, ou deixar de restituir autos, documento ou objeto de valor probatório que recebeu na qualidade de advogado ou procurador estará sujeito à pena de detenção de seis meses a três anos, e multa, conforme previsto no artigo 356 do Código Penal. Essa conduta prejudica a administração da justiça e viola os deveres éticos do profissional.

### **Disposições Específicas do Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/1994)**

Além das previsões do Código Penal, o advogado também está sujeito às normas do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/1994) e do Código de Ética e Disciplina da OAB. Essas normas estabelecem deveres específicos, como o dever de urbanidade, o dever de não aceitar procuração contra literal disposição de lei e o dever de não reter, abusivamente, autos recebidos com vista ou em confiança.

### **Conclusão**

As responsabilidades do advogado previstas no Código Penal Brasileiro visam garantir o bom funcionamento do sistema de justiça e proteger os direitos dos cidadãos. O advogado, como profissional essencial à administração da justiça, deve pautar sua atuação pelos princípios éticos e legais, evitando condutas que possam prejudicar seus clientes, a sociedade e a

credibilidade da profissão. O cumprimento dessas responsabilidades é fundamental para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

## **FAQ sobre as Responsabilidades do Advogado no Código Penal Brasileiro**

### **1. Quais são as principais responsabilidades do advogado segundo o Código Penal Brasileiro?**

As principais responsabilidades do advogado incluem agir com ética, respeitar o sigilo profissional, evitar a prática de crimes, e não usar de artifícios enganosos em sua atuação.

### **2. O que significa o dever de sigilo profissional?**

O dever de sigilo profissional significa que o advogado deve manter em segredo todas as informações confidenciais recebidas do cliente, salvo em situações onde a revelação seja autorizada ou exigida por lei.

### **3. Quais são as consequências legais para um advogado que quebra o sigilo profissional?**

A quebra do sigilo profissional pode resultar em sanções disciplinares pela OAB, além de possíveis responsabilidades civis e penais, dependendo da gravidade da violação.

### **4. Como a ética profissional se relaciona com as responsabilidades do advogado?**

A ética profissional é fundamental para a atuação do advogado, pois estabelece normas de conduta que visam proteger os direitos dos clientes, a integridade da profissão e a confiança da sociedade no sistema jurídico.

### **5. O que caracteriza a prática de crimes por parte do advogado?**

A prática de crimes por parte do advogado pode incluir ações como fraude, corrupção, falsificação de documentos, e qualquer conduta que viole as leis penais e os princípios éticos da profissão.

**6. O advogado pode ser responsabilizado por atos de seus clientes?**

O advogado não é responsável pelos atos de seus clientes, desde que não tenha colaborado ou incitado a prática de crimes. No entanto, ele deve agir com diligência para evitar que seus clientes cometam atos ilícitos.

**7. Quais são as sanções que um advogado pode enfrentar por agir de forma irresponsável?**

As sanções podem incluir advertências, suspensão ou até exclusão da OAB, além de possíveis consequências legais, como processos civis ou penais, dependendo da gravidade da conduta.

**8. Como o advogado deve agir para evitar responsabilidades legais?**

O advogado deve atuar com diligência, ética e transparência, manter-se atualizado sobre a legislação e as normas da OAB, e sempre buscar a melhor orientação para seus clientes dentro da legalidade.

**9. O que o cliente pode fazer se sentir que seu advogado não está cumprindo suas responsabilidades?**

Se o cliente sentir que seu advogado não está cumprindo suas responsabilidades, ele pode tentar discutir suas preocupações diretamente com o advogado. Se a situação não for resolvida, o cliente pode apresentar uma reclamação à OAB.

**10. Qual é a importância das responsabilidades do advogado no sistema jurídico?**

As responsabilidades do advogado são essenciais para garantir a justiça, a defesa dos direitos dos clientes e a credibilidade do sistema jurídico, promovendo a confiança da sociedade na atuação da advocacia.